

## **Aula 12**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Direito Processual Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Marcella Mendes**

29 de Maio de 2025

## Índice

1) O que é mais cobrado dentro do assunto - Nulidades - Concursos .....	3
2) Roteiro de revisão - Nulidades .....	4
3) Aposta estratégica - Nulidades .....	16
4) Questões estratégicas - Nulidades - Concursos .....	18
5) Questionário de revisão - Nulidades .....	23
6) Lista de Questões estratégicas - Nulidades - Concursos .....	27



## O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

<b>Tópico</b>	<b>% de cobrança Concursos</b>
<b>Súmulas dos Tribunais Superiores</b>	<b>39,83 %</b>
Espécies de nulidades	31,69 %
Consequências	15,98 %
Princípios	12,50%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

As bancas, em geral, apresentam questões mais elaboradas, fugindo do estilo "cópia e cola" de partes de dispositivos legais, com alteração ou supressão de expressões da lei. Para responder as questões é preciso ter bastante atenção no enunciado das assertivas que terá que julgar, sem claro, deixar de ter um conhecimento detalhado da legislação. Também se cobra, com frequência, posicionamentos consolidados da jurisprudência sobre o assunto. Portanto, é preciso fazer o maior número de questões possível, para adquirir familiaridade com o estilo de cobrança no assunto. Traremos abaixo um resumo dos tópicos importantes:

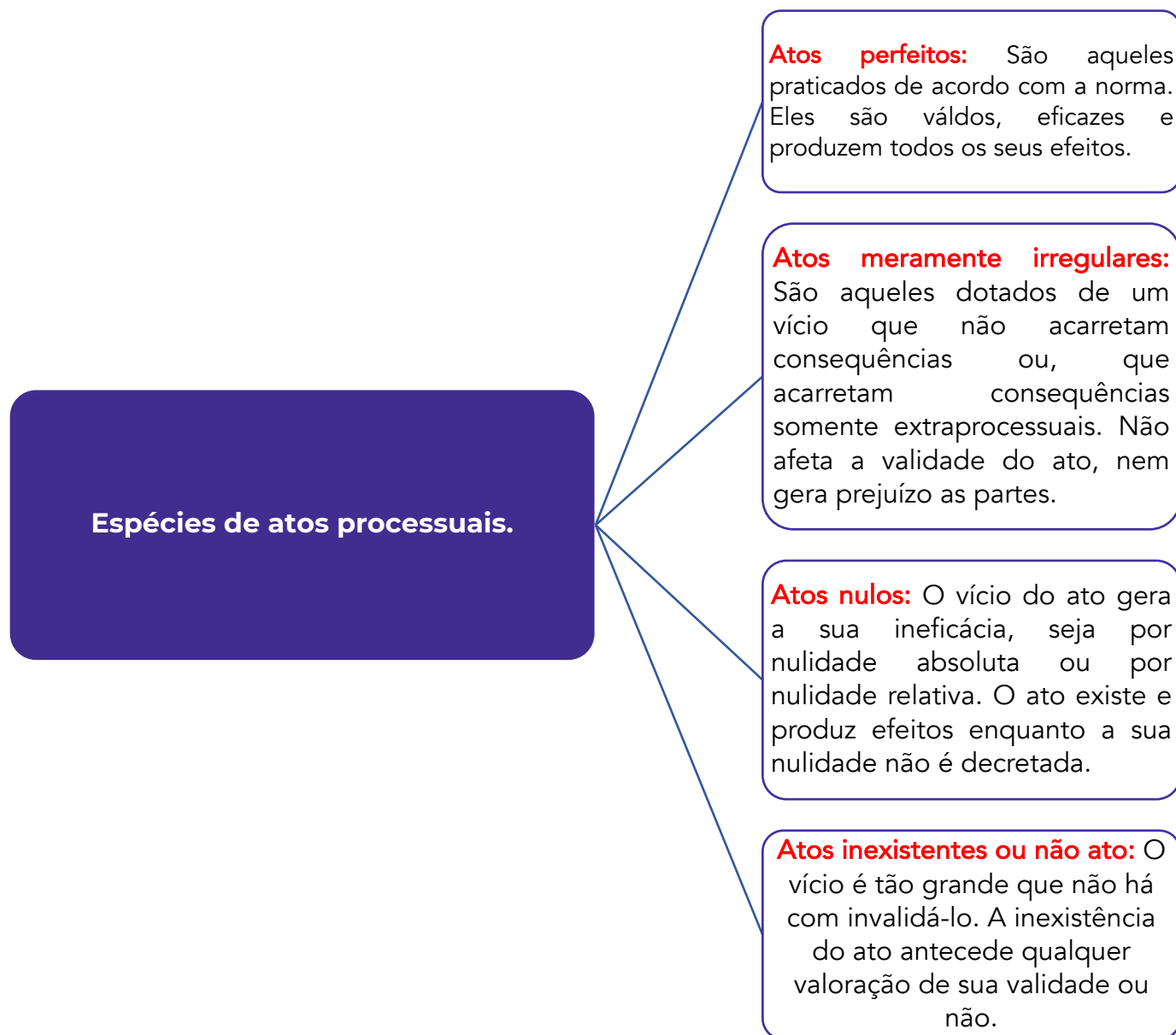
**Nulidades.** A nulidade pode ser conceituada como o vício processual decorrente da inobservância de uma exigência legal. Assim, quando a lei prevê uma determinada forma para a prática do ato e este é praticado de outra, contrariando a lei, dizemos que ele possui um vício, um defeito.

De acordo com a gravidade do vício surgem **consequências**. Para o Professor Renato Brasileiro, elas se dão seguinte forma:

- Irregularidades ou defeitos sem consequências: O ato apesar de viciado não sofrerá nenhuma consequência.
- Irregularidades ou defeitos que somente acarretam sanções extraprocessuais: O vício do ato somente gera uma sanção, mas não o invalida.
- Irregularidades ou defeitos que acarretam a invalidade do ato processual: O vício do ato viola um interesse público ou um interesse preponderante das partes, gerando assim, nulidade do ato.
- Irregularidade ou defeito que acarretam a inexistência do ato: A violação é do ato é tão absurda que ele é considerado inexistente, como por exemplo, a sentença prolatada por um juiz impedido.



De acordo com a consequência de cada vício, os atos processuais podem ser classificados da seguinte forma:



Agora que você já se recordou das espécies de atos e as consequências do vício, vamos entrar em um ponto importante da nossa aula: as espécies de nulidades. Como já falamos, a nulidade é a sanção que se aplica a um ato processual viciado e tem como objetivo impedir que o ato produza seus efeitos.



A nulidade do ato processual se divide em absoluta e relativa.

- Na **NULIDADE ABSOLUTA**, o vício atenta contra o **INTERESSE PÚBLICO**. Duas características são intrínsecas a ela. A primeira é a **presunção de prejuízo** à parte. A segunda é que ela **pode ser arguida a qualquer momento**.

**Atenção:** A presunção do prejuízo não é absoluta, mas relativa, princípio da *pas des nullités sans grief*, ou seja, nenhum ato será declarado nulo, se dá nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa, constante no artigo 563 do CPP.

**Atenção:** Em se tratando de **sentença condenatória e de sentença absolutória imprópria**, as nulidades absolutas podem ser arguidas mesmo após o trânsito em julgado da sentença, por meio de **revisão criminal ou de habeas corpus**.

Outra observação que deve ser feita é a de que em sede de recurso extraordinário ou especial, os Tribunais Superiores somente poderão se manifestar sobre uma nulidade absoluta, se a mesma tiver sido objeto de prequestionamento, conforme as súmulas 356 do STF e 320 do STJ.

- Na **NULIDADE RELATIVA**, o vício atenta contra a **NORMA INFRACONSTITUCIONAL**. Duas características merecem destaque. A primeira é a de que **deve haver a comprovação de prejuízo** e, a segunda é que ela **deve ser arguida em tempo oportuno**, sob pena de preclusão.

Vamos entrar agora nas hipóteses de nulidades relativas previstas no Código de Processo Penal. Elas estão previstas no artigo 572 do CPP.

Art. 572. As nulidades previstas no art. 564, III, "d" e "e", segunda parte, g e h, e IV, considerar-se-ão sanadas:

I - se não forem arguidas, em tempo oportuno, de acordo com o disposto no artigo anterior;

II - se, praticado por outra forma, o ato tiver atingido o seu fim;

III - se a parte, ainda que tacitamente, tiver aceito os seus efeitos.



Assim, de acordo com o artigo 572 do CPP, são consideradas relativas as seguintes nulidades:

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

III - por falta das fórmulas ou dos termos seguintes:

d) a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos dá intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública

e) a citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, **e os prazos concedidos à acusação e à defesa;**

g) a intimação do réu para a sessão de julgamento, pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia;

h) a intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade, nos termos estabelecidos pela lei;

IV - por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça consideram, ainda, relativas as nulidades constantes nas súmulas 155 do STF e 273 do STJ.

**Súmula 155 do STF:** É relativa à nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

**Súmula 273-STJ:** Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.

Como falamos anteriormente, a nulidade relativa deve ser arguida em momento oportuno, sob pena de preclusão. E quando é que se caracteriza esse momento? A resposta está prevista no artigo 571 do CPP. Assim, as nulidades deverão ser arguidas:

- **As da instrução criminal dos processos da competência do júri, nos prazos a que se refere o art. 406 do CPP.**



**Atenção:** Em virtude da reforma processual em 2008, o artigo 406 do CPP foi alterado. Assim, o artigo 571, I do CPP deve ser interpretado no sentido de que o momento para a arguição da nulidade relativa da instrução criminal da 1ª fase dos processos do júri, ocorridas após a apresentação da resposta a acusação, **devem ser feitas em sede de alegações orais, sob pena de reclusão (artigo 411, §§ 4º, 5º e 6º do CPP).**

- **As da instrução criminal dos processos de competência do juiz singular e dos processos especiais, salvo os dos Capítulos V e VII do Título II do Livro II, nos prazos a que se refere o art. 500 do CPP.**

**Atenção:** Com revogação do artigo 500 do CPP e a reforma processual de 2008, este inciso deve ser interpretado da seguinte forma: As nulidades relativas aos processos de competência do juiz singular entre o oferecimento da peça acusatória e a citação do acusado devem ser arguidas na resposta à acusação (artigo 396-A do CPP). As nulidades verificadas após a resposta à acusação devem ser arguidas na apresentação de alegações orais ou memoriais.

- **As do processo sumário, no prazo a que se refere o art. 537, ou, se verificadas depois desse prazo, logo depois de aberta a audiência e apregoadas as partes.**

**Atenção:** Com revogação do artigo 537 do CPP, após a Constituição de 1988, a titularidade da ação penal pública passou a ser do Ministério Público. Assim, as nulidades relativas ao procedimento comum sumário entre o oferecimento da peça acusatória e a citação do acusado, devem ser arguidas na resposta à acusação. As nulidades verificadas após a resposta à acusação devem ser arguidas na apresentação de alegações orais ou memoriais.

- **As do processo regulado no Capítulo VII do Título II do Livro II, logo depois de aberta a audiência.**

**Atenção:** Este inciso encontra-se tacitamente revogado, pois o Código Penal deixou de permitir a aplicação de medida de segurança prevista no capítulo VII do Título II do Livro I.

- **As ocorridas posteriormente à pronúncia, logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes (art. 447).**





**Atenção:** Se a nulidade relativa ocorrer na própria decisão de pronúncia, a arguição deve ser feita por recurso em sentido estrito.

**Atenção:** Após a reforma processual de 2008, as nulidades relativas ocorridas após a preparação do processo para julgamento em plenário deverão ser arguidas imediatamente depois de anunciado o julgamento em plenário do júri e apregoadas as partes (ver artigo 463, § 1º do CPP).

- **As de instrução criminal dos processos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, nos prazos a que se refere o art. 500.**

**Atenção:** Com o advento das leis 8.038/90 e 8.658/93, os feitos de competência originária dos Tribunais de Justiça dos Estados e do DF, dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, passaram a observar o procedimento dos artigos 1º a 12 da Lei 8.038/90, revogando os artigos 556 a 562 do CPP. Assim as nulidades relativas da instrução criminal dos processos de competência originária devem ser arguidos na alegação escrita ou no momento da sustentação oral.

- **Se verificadas após a decisão da primeira instância, nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes.**

**Atenção:** Não há mudança neste inciso. Se verificada a nulidade relativa após a decisão da primeira instância, ela deve ser arguida nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes

- **As do julgamento em plenário, em audiência ou em sessão do tribunal, logo depois de ocorrerem.**

**Atenção:** Não há mudança neste inciso. Se verificada a nulidade relativa em plenário, audiência ou sessão de julgamento, ela deve ser arguida logo depois de ocorrer.



As nulidades absolutas estão dispostas também no artigo 572 do CPP, conforme exposto abaixo.

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

I - por incompetência, suspeição ou suborno do juiz;

II - por ilegitimidade de parte;

III - por falta das fórmulas ou dos termos seguintes:

a) a denúncia ou a queixa e a representação e, nos processos de contravenções penais, a portaria ou o auto de prisão em flagrante;

b) o exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no Art. 167;

c) a nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos;

d) a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública;

**e) a citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente,** e os prazos concedidos à acusação e à defesa;

f) a sentença de pronúncia, o libelo e a entrega da respectiva cópia, com o rol de testemunhas, nos processos perante o Tribunal do Júri;

i) a presença pelo menos de 15 jurados para a constituição do júri;

j) o sorteio dos jurados do conselho de sentença em número legal e sua incomunicabilidade;

k) os quesitos e as respectivas respostas;

l) a acusação e a defesa, na sessão de julgamento;

m) a sentença;

n) o recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido;

o) a intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso;

p) no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais de Apelação, o *quórum* legal para o julgamento;

V - em decorrência de decisão carente de fundamentação. *(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)*



Com relação ao reconhecimento da nulidade, o juiz, na primeira instância, pode reconhecer qualquer nulidade, seja ela absoluta ou relativa. O reconhecimento pode se dar, inclusive, de ofício, em razão do disposto no artigo 251 do CPP, uma vez que o juiz tem o dever de prover a regularidade do processo. Já em segunda instância, o reconhecimento da nulidade está atrelado ao efeito devolutivo, ou seja, o tribunal somente pode apreciar a nulidade se esta matéria lhe foi devolvida.

Chegamos a um ponto importante da aula, que são os princípios relativos à nulidade. Os principais são:

- **Princípio da tipicidade das formas:** Segundo este princípio, como regra, o ato processual possui sua forma prescrita em lei. A inobservância da forma pode, em alguns casos, acarretar a nulidade do ato.
- **Princípio do prejuízo ou *pas de nullité sans grief*:** Segundo este princípio, não é possível decretar a nulidade de um ato se não houver a existência de prejuízo às partes.
- **Princípio da instrumentalidade das formas:** Segundo a doutrina de Renato Brasileiro, três são os sistemas segundo os quais pode ser imposta a sanção de nulidade.
  1. Sistema da legalidade das formas, formalista ou da indeclinabilidade das formas: Segundo este sistema, todo e qualquer vício acarreta o reconhecimento da nulidade do ato processual.
  2. Sistema da legalidade das formas mitigado: Segundo este sistema, o ato somente será considerado nulo se a lei assim expressamente o declarar. Assim, mesmo que o ato seja praticado em desacordo com o modelo típico, se a nulidade não for prescrita em lei, o ato será válido.
  3. Sistema da instrumentalidade das formas ou da finalidade: Segundo este sistema, as irregularidades do ato devem ser distinguidas, não se declarando nulo o ato se a sua finalidade foi atingida e se não houve prejuízo para as partes. Hoje é dominante a utilização desse sistema.



- **Princípio da eficácia dos atos processuais:** Segundo este princípio, a inobservância da forma prescrita em lei, **poderá ou não** levar a ineficácia do ato, ou seja, ela não é automática. Seu pronunciamento dependerá de um provimento judicial.
- **Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia:** Segundo este princípio, os atos que são consequência de um outro anulado, desde que exista relação de causalidade, também são inválidos. É o que se extrai do § 2º do artigo 573 do CPP.
- **Princípio da conservação dos atos processuais ou do confinamento da nulidade:** Segundo este princípio, deve ser preservada a validade de atos processuais que não dependam do ato nulo. É o teor do artigo 281 do CPP.
- **Princípio do interesse:** Segundo este princípio, aplicável somente as nulidades relativas, nenhuma parte poderá alegar nulidade cuja observância interesse a parte contrária, art. 565, parte final do CPP.
- **Princípio da lealdade ou boa-fé:** Segundo este princípio, aplicável somente às nulidades relativas, nenhuma parte poderá alegar nulidade de ato que haja dado causa, ou para que tenha concorrido. É o que se extrai do artigo 565 do CPP.
- **Princípio da convalidação ou do aproveitamento:** Segundo este princípio, não se declara a nulidade de um ato quando for possível suprir o seu defeito. Como regra, este princípio só é aplicável às nulidades relativas, pois o vício do ato absolutamente nulo não pode ser sanado. No caso de trânsito em julgado de sentença absolutória própria, as nulidades absolutas ocorridas no curso do processo estarão convalidadas, uma vez que não se admite revisão criminal *pro societate*. Diversas são as formas de convalidação. São elas:
  1. **Suprimento:** Eventuais omissões podem ser supridas a qualquer momento, artigo 569 do CPP.
  2. **Retificação:** Uma parte do ato processual defeituoso é corrigido.
  3. **Ratificação:** A falta de legitimidade processual, na hipótese de queixa crime ser oferecida por menor de 18 (dezoito) anos, pode ser convalidada pela retificação, artigo 568 do CPP.
  4. **Preclusão:**
    - 4.1 **Preclusão temporal:** Ocorre quando a nulidade relativa não é arguida nos momentos oportunos a que se refere o artigo 571 do CPP.
    - 4.2 **Preclusão lógica:** Decorre da incompatibilidade da prática de um ato processual com relação a outro já praticado.



**4.3 Preclusão consumativa:** Ocorre quando a validade do ato já foi validamente exercida.

5. **Prolação de sentença :** Decorre da decisão de mérito a favor da parte prejudicada pelo ato viciado, que afasta o interesse na declaração da nulidade. É o teor do artigo 282, § 2º, do CPC.
6. **Coisa julgada (preclusão máxima):** A coisa julgada funciona como causa de saneamento geral. A imutabilidade da decisão alcança as irregularidades não alegadas ou não apreciadas.

**Atenção: As nulidades absolutas em favor da defesa podem ser arguidas após o trânsito em julgado da sentença.**

Chegamos ao último tópico da aula, nulidades em espécie. O Código de Processo Penal traz, no artigo 564, um rol exemplificativo de causas de nulidade. Abaixo iremos aborda-las do modo como são cobradas em provas de concurso.

⇒ Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

- ❖ I - por **incompetência, suspeição ou suborno do juiz:** A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios. Atente-se, os ato do juiz incompetente são absolutamente nulos, mas essa nulidade deve ser declarada e, até a sua declaração, os atos são válidos. Declarada a nulidade por incompetência do juízo, o processo deve ser remetido ao juiz competente, conforme expõe o artigo 567 do CPP. **Exceção: No caso de o juiz concluir pela incompetência da justiça brasileira, o processo será extinto.**

Com relação à suspeição, a doutrina diverge quanto a natureza da nulidade, se ela é absoluta ou relativa. **Atenção:** se o caso for de impedimento o ato é inexistente ante a gravidade do vício.

Já o suborno tem natureza de nulidade absoluta.

- ❖ II - por **ilegitimidade de parte:** A *ilegitimidade ad causam* é hipótese de **nulidade absoluta**. Por outro lado, a *ilegitimidade ad processum* é causa de **nulidade relativa**, uma vez que ela pode ser, conforme o artigo 568 do CPP, ser sanada a qualquer tempo.

- ❖ III - por **falta das fórmulas ou dos termos seguintes:**

a) **a denúncia ou a queixa e a representação** e, nos processos de contravenções penais, a portaria ou o auto de prisão em flagrante: A parte sublinhada não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Assim, a falta de denúncia ou queixa, representação e requisição do Ministério Público são causas de **nulidade absoluta**.



b) **o exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no Art. 167:** A falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios é causa de **nulidade absoluta** do processo. Salvo na hipótese de terem sumidos os vestígios, pois neste caso, a prova testemunhal pode suprir o exame.

c) **a nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver, ou ao ausente,** e de curador ao menor de 21 anos: A falta de defensor é causa de **nulidade absoluta**, pois viola o princípio da ampla defesa. **Atenção:** a deficiência da defesa somente anulará o ato se houver prova do prejuízo.

**Observação:** Não há mais necessidade de nomeação de curador ao menor de 21, uma vez que o Código Civil, no artigo 5º, diz que a menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos.

d) **a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos dá intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública:** A falta de intervenção do Ministério Público nos crimes de **ação penal pública é causa de nulidade absoluta**, pois sua intervenção é obrigatória. **Atenção:** Em se tratando de **atos instrutórios nos quais houve intimação do membro do MP para intervir e ele se manteve inerte**, a nulidade neste caso é relativa.

No caso de **ação penal privada subsidiária da pública**, o Ministério Público é interveniente obrigatório. Sua não intervenção é **causa de nulidade relativa**.

e) **a citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa:** A falta de citação é causa de **nulidade absoluta**, pois viola os princípios do contraditório e da ampla defesa. Com relação ao interrogatório, se o réu foi intimado para a audiência e não compareceu, renunciando o seu direito de presença em audiência, não haverá nulidade. Contudo, intimado o réu para interrogatório e lhe foi negado o seu direito de ser interrogado, há, neste caso, nulidade absoluta.

f) **a sentença de pronúncia, o libelo e a entrega da respectiva cópia, com o rol de testemunhas, nos processos perante o Tribunal do Júri:** O libelo foi extinto na reforma de 2008. A sentença de pronúncia deve ser limitada à prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, para que o juiz não a traduza em uma verdadeira condenação. Se assim o fizer haverá nulidade absoluta.

g) **a intimação do réu para a sessão de julgamento, pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia:** Apesar de a letra da lei considerá-la como nulidade relativa, a doutrina entende que no caso, há lesão ao princípio da ampla defesa, se caracterizando como uma **nulidade absoluta**: Se o acusado comparecer espontaneamente o vício estará sanado.

h) **a intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade, nos termos estabelecidos pela lei:** Com a extinção do libelo, as testemunhas devem ser arroladas na preparação do processo para o julgamento. De acordo com o artigo 572, esta alínea é causa de **nulidade relativa**.



i) **a presença pelo menos de 15 jurados para a constituição do júri:** É causa de **nulidade absoluta**: Se houver convocação em número excedente a 15 (quinze) jurados, a causa é de **nulidade relativa**.

j) **o sorteio dos jurados do conselho de sentença em número legal e sua incomunicabilidade.** É hipótese de nulidade absoluta.

k) **os quesitos e as respectivas respostas:** É causa de nulidade absoluta. É inclusive é tema de súmulas do STF, de números 156 e 162.

l) **a acusação e a defesa, na sessão de julgamento:** A falta da acusação deve ser analisada no caso concreto, se ação penal for pública, é causa de **nulidade absoluta**. Contudo, a falta de defesa é sempre causa de **nulidade absoluta**.

m) **a sentença:** É causa de **nulidade absoluta**.

n) **o recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido:** É causa de **nulidade absoluta**.

o) **a intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso:** É causa de nulidade absoluta.

p) **no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais de Apelação, o quórum legal para o julgamento:** Apesar de não estar expresso, incluem-se o STJ, TSE, TRFs e TREs. É causa também de nulidade absoluta.

IV - **por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato:** Trata-se de vício sanável, logo é uma **nulidade relativa**.

V - em decorrência de decisão carente de fundamentação: **Inciso incluído em 2019, logo passível de cobrança em sua prova.** Trata-se de **nulidade absoluta**, decorre do artigo 93, IX da CF.





## APOSTA ESTRATÉGICA

*A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.*

Assim, a aposta estratégica é especialmente importante na sua reta final de estudos. Vamos ao conteúdo da nossa aposta?

### **Súmula 155, STF**

"É relativa à nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha".

### **Súmula 156, STF**

"É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório".

### **Súmula 361 STF**

"No processo penal, é nulo o exame realizado por um só perito, considerando-se impedido o que tiver funcionado, anteriormente, na diligência de apreensão".

---

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.





**Súmula 366, STF**

"Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia".

**Súmula 523, STF**

"No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu".

**Súmula 706, STF**

"É relativa à nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção".

**Súmula 707, STF**

"Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo".

**Súmula 273, STJ**

"Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado".



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1) FGV - 2024 - Câmara dos Deputados - Analista Legislativo/Consultoria - Acerca das nulidades no processo penal, analise as disposições a seguir.

I. A nulidade causada por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada mediante ratificação dos atos processuais.

II. A nulidade de ato praticado no curso do inquérito policial, causada por inobservância das regras territoriais de atribuição da autoridade policial, invalida a ação penal, desde que a matéria seja suscitada até as alegações finais.

III. O princípio pas de nullité sans grief consiste no mandamento de que não há nulidade que favoreça a quem lhe deu causa, pois ninguém pode ser beneficiado por sua própria torpeza ou ineficiência.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) III.
- C) I e III.
- D) I.
- E) II e III.

**Comentários:**

**I – Correta.** É como dispõe o art. 568 do CPP.

**II – Incorreta.** Eventual nulidade cometida em sede de inquérito policial não contamina a ação penal.



**III – Incorreta.** O princípio do pas de nullité sans grief tem seu conteúdo previsto no art. 563 do CPP. Segundo ele, nenhuma nulidade será declarada, a menos que traga prejuízos à parte.

Sendo assim, a alternativa correta é a letra D.

**2) FGV - 2022 - PC-RJ - Investigador Policial de 3ª Classe - Eventual irregularidade na informação acerca do direito de permanecer em silêncio ao sujeito capturado em flagrante delito é causa de:**

- A) inexistência do ato jurídico;
- B) nulidade absoluta;
- C) nulidade relativa;
- D) anulabilidade;
- E) irregularidade.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta.** Vide alternativa “C”.

**Letra B – Incorreta.** Vide alternativa “C”.

**Letra C – Correta.** Trata-se de previsão jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, conforme julgamento em 2016, em que se firmou o entendimento de que eventual irregularidade na informação acerca do direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação do prejuízo. Sendo assim, trata-se de uma nulidade relativa.

**Letra D – Incorreta.** Vide alternativa “C”.

**Letra E – Incorreta.** Vide alternativa “C”.

**3) FGV - 2018 - TJ-AL - Técnico Judiciário - Área Judiciária - O Código de Processo Penal, em seus artigos 563 e seguintes, disciplina o tema “Das Nulidades”, sendo certo que o diploma legal confere tratamento próprio de acordo com as peculiaridades do processo penal brasileiro.**

Sobre o tema, com base nas previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

A) o ato deverá ser declarado nulo quando verificada a existência de nulidade, independentemente de resultar prejuízo para acusação ou defesa;



- B) a nulidade de intimação estará sanada quando o interessado comparecer e indicar ter conhecimento do ato, que poderá ser adiado pelo juiz quando verificado que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte;
- C) a nulidade, sempre que gerar prejuízo, poderá ser arguida por qualquer das partes, ainda que tenha sido aquela que a arguiu a dar causa ao ato nulo;
- D) o reconhecimento de incompetência do juízo, em regra, anula, de imediato, tanto os atos decisórios quanto os despachos e demais atos sem conteúdo decisório;
- E) a nulidade, mesmo diante de ato que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa, deverá ser reconhecida quando houver desrespeito à formalidade do ato.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** Nos termos do art. 563 do CPP, *nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.*

**Letra B – Correta.** A alternativa está de acordo com o art. 570 do CPP.

Art. 570. A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte.

**Letra C – Incorreta.** Conforme o art. 565 do CPP, *nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.*

**Letra D – Incorreta.** É o inverso do que dispõe o art. 567 do CPP: *A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.*

**Letra E – Incorreta.** Conforme prevê o art. 566 do CPP, *não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.*

### 4) FGV - 2013 - TJ-AM - Analista Judiciário – Direito - Sobre as nulidades no processo penal, assinale a afirmativa incorreta.

- A) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- B) Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que haja dado causa, ou para qual tenha concorrido, ou referente à formalidade cuja observância só a parte contrária interesse.
- C) Não será declarada a nulidade de ato processual que não há houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.



D) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios.

E) A falta do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios é causa de nulidade, não admitindo que seja sanada de qualquer forma.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** É o teor do art. 563 do CPP.

**Letra B – Incorreta.** É o teor do art. 565 do CPP.

**Letra C – Incorreta.** É o teor do art. 566 do CPP.

**Letra D – Incorreta.** É o teor do art. 567, primeira parte, do CPP.

**Letra E – Correta.** Prevê o art. 564, III, "b":

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

(...)

III - por falta das fórmulas ou dos termos seguintes:

(...)

b) o exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no Art. 167;

O art. 167 do CPP, por sua vez, dispõe que *não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.*

5) FGV - 2022 - Senado Federal - Consultor Legislativo - Direito Penal Processual Penal, Penitenciário e Segurança Pública - Analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

I. A constatação da reduzida competência técnica do defensor implica a nulidade do processo.

II. Não há crime no fato de o réu atribuir o delito a pessoa que ele sabe ser inocente e, com suas declarações, provocar o indiciamento desta.

III. O Ministério Público pode desistir do processo penal se surgir prova manifesta de que o réu não concorreu para o delito.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F – F – F.



- B) F – V – V.
- C) V – V – F.
- D) V – F – F.
- E) F – F – V.

### Comentários:

**A assertiva I é FALSA.** A defesa deficiente é causa de nulidade relativa. Já a ausência/ falta de defesa é causa de nulidade absoluta.

Súmula 523, STF. No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

**A assertiva II é FALSA.** Trata-se do crime de denúncia caluniosa, previsto no art. 339 do Código Penal.

**A assertiva III é FALSA.** O Ministério Público não poderá desistir da ação penal, conforme previsão do art. 42 do CPP.

Dessa forma, a alternativa correta é a **Letra A.**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok? Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

1. O que se entende por nulidade?
2. Quais são as consequências de um ato viciado?
3. Como se divide a nulidade do ato processual?
4. Defina os princípios da tipicidade das formas e do prejuízo.
5. Em qual momento deve ser alegada a nulidade de ato da instrução criminal dos processos da competência do júri?



6. O juiz pode reconhecer de ofício uma nulidade? E o tribunal, em segunda instância?
7. No que consiste o sistema da instrumentalidade das formas?
8. No que consiste o princípio da convalidação?
9. A incompetência do juiz gera a nulidade de todo o processo?
10. A ilegitimidade da parte gera qual tipo de nulidade?





## Perguntas com respostas

### 1. O que se entende por nulidade?

Nulidade pode ser conceituada como o vício processual decorrente da inobservância de uma exigência legal. Assim, quando a lei prevê uma determinada forma para a prática do ato e este é praticado de outra, contrariando a lei, dizemos que ele possui um vício, um defeito.

### 2. Quais são as consequências de um ato viciado?

De acordo com a melhor doutrina, a consequência do ato viciado dependerá da sua gravidade e pode ser classificada da seguinte forma:

- A) Irregularidades ou defeitos sem consequências: O ato, apesar de viciado, não sofrerá nenhuma consequência.
- B) Irregularidades ou defeitos que somente acarretam sanções extraprocessuais: O vício do ato somente gera uma sanção, mas não o invalida.
- C) Irregularidades ou defeitos que acarretam a invalidade do ato processual: O vício do ato viola um interesse público ou um interesse preponderante das partes, gerando, assim, nulidade do ato.
- D) Irregularidade ou defeito que acarretam a inexistência do ato: Há uma violação absurda do ato que ele é considerado inexistente, como, por exemplo, a sentença prolatada por um juiz impedido.

### 3. Como se divide a nulidade do ato processual?

Ela se divide em nulidade absoluta e relativa. Em relação à nulidade absoluta, o vício atenta contra o interesse público. Existem duas qualidades intrínsecas a ela. A primeira é a presunção de prejuízo à parte e, a segunda é que ela pode ser arguida a qualquer momento.

Por outro lado, na nulidade relativa, o vício atenta contra a norma infraconstitucional. Nesta, duas características merecem destaque. A primeira é a de que deve haver a comprovação de prejuízo e, a segunda é que ela deve ser arguida em tempo oportuno, sob pena de preclusão.

### 4. Defina os princípios da tipicidade das formas e do prejuízo.

De acordo com o princípio da tipicidade das formas, o ato processual possui sua forma prescrita em lei. A inobservância da forma pode, em alguns casos, acarretar a nulidade do ato. Por outro lado, segundo o princípio do prejuízo ou *pas de nullité sans grief*, não é possível decretar a nulidade de um ato se não houver a existência de prejuízo as partes.



## 5. Em qual momento deve ser alegada a nulidade de ato da instrução criminal dos processos da competência do júri?

Em virtude da reforma processual em 2008, o artigo 406 do CPP foi alterado. Assim, o artigo 571, I, do CPP deve ser interpretado no sentido de que o momento para a arguição da nulidade relativa da instrução criminal da 1ª fase dos processos do júri, ocorridas após a apresentação da resposta a acusação, devem ser feitas em sede de alegações orais, sob pena de reclusão (artigo 411, §§ 4º, 5º e 6º do CPP).

## 6. O juiz pode reconhecer de ofício uma nulidade? E o tribunal, em segunda instância?

O juiz, na primeira instância, pode reconhecer qualquer nulidade, seja ela absoluta ou relativa. O reconhecimento pode se dar, inclusive, de ofício, em razão do disposto no artigo 251 do CPP, uma vez que o juiz tem o dever de prover a regularidade do processo. Já em segunda instância, o reconhecimento da nulidade está atrelado ao efeito devolutivo, ou seja, o tribunal somente pode apreciar a nulidade se esta matéria lhe foi devolvida.

## 7. No que consiste o sistema da instrumentalidade das formas?

Segundo este sistema, as irregularidades do ato devem ser distinguidas, não se declarando nulo o ato se a sua finalidade foi atingida e se não houve prejuízo para as partes. Hoje, é dominante a utilização desse sistema.

## 8. No que consiste o princípio da convalidação?

Segundo este princípio, não se declara a nulidade de um ato quando for possível suprir o seu defeito. Como regra, este princípio só é aplicável às nulidades relativas, pois o vício do ato absolutamente nulo não pode ser sanado. No caso de trânsito em julgado de sentença absolutória própria, as nulidades absolutas ocorridas no curso do processo estarão convalidadas, uma vez que não se admite revisão criminal *pro societate*.

## 9. A incompetência do juiz gera a nulidade de todo o processo?

A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios. Os atos do juiz incompetente são absolutamente nulos, mas essa nulidade deve ser declarada e, até a sua declaração, os atos são válidos. Declarada a nulidade por incompetência do juízo, o processo deve ser remetido ao juiz competente, conforme expõe o artigo 567 do CPP. Há uma exceção a esta regra: é caso de o juiz concluir pela incompetência da justiça brasileira, quando, então, o processo será extinto.

## 10. A ilegitimidade da parte gera qual tipo de nulidade?

Depende. Se a ilegitimidade da parte for *ad causam*, a hipótese é de nulidade absoluta. Por outro lado, a ilegitimidade *ad processum* é causa de nulidade relativa, uma vez que ela pode ser, conforme o artigo 568 do CPP, sanada a qualquer tempo.



## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1) FGV - 2024 - Câmara dos Deputados - Analista Legislativo/Consultoria - Acerca das nulidades no processo penal, analise as disposições a seguir.

I. A nulidade causada por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada mediante ratificação dos atos processuais.

II. A nulidade de ato praticado no curso do inquérito policial, causada por inobservância das regras territoriais de atribuição da autoridade policial, invalida a ação penal, desde que a matéria seja suscitada até as alegações finais.

III. O princípio pas de nullité sans grief consiste no mandamento de que não há nulidade que favoreça a quem lhe deu causa, pois ninguém pode ser beneficiado por sua própria torpeza ou ineficiência.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) III.
- C) I e III.
- D) I.
- E) II e III.

2) FGV - 2022 - PC-RJ - Investigador Policial de 3ª Classe - Eventual irregularidade na informação acerca do direito de permanecer em silêncio ao sujeito capturado em flagrante delito é causa de:

- A) inexistência do ato jurídico;
- B) nulidade absoluta;
- C) nulidade relativa;
- D) anulabilidade;
- E) irregularidade.



3) FGV - 2018 - TJ-AL - Técnico Judiciário - Área Judiciária - O Código de Processo Penal, em seus artigos 563 e seguintes, disciplina o tema "Das Nulidades", sendo certo que o diploma legal confere tratamento próprio de acordo com as peculiaridades do processo penal brasileiro.

Sobre o tema, com base nas previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A) o ato deverá ser declarado nulo quando verificada a existência de nulidade, independentemente de resultar prejuízo para acusação ou defesa;
- B) a nulidade de intimação estará sanada quando o interessado comparecer e indicar ter conhecimento do ato, que poderá ser adiado pelo juiz quando verificado que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte;
- C) a nulidade, sempre que gerar prejuízo, poderá ser arguida por qualquer das partes, ainda que tenha sido aquela que a arguiu a dar causa ao ato nulo;
- D) o reconhecimento de incompetência do juízo, em regra, anula, de imediato, tanto os atos decisórios quanto os despachos e demais atos sem conteúdo decisório;
- E) a nulidade, mesmo diante de ato que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa, deverá ser reconhecida quando houver desrespeito à formalidade do ato.

4) FGV - 2013 - TJ-AM - Analista Judiciário – Direito - Sobre as nulidades no processo penal, assinale a afirmativa incorreta.

- A) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- B) Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que haja dado causa, ou para qual tenha concorrido, ou referente à formalidade cuja observância só a parte contrária interesse.
- C) Não será declarada a nulidade de ato processual que não há houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- D) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios.
- E) A falta do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios é causa de nulidade, não admitindo que seja sanada de qualquer forma.

5) FGV - 2022 - Senado Federal - Consultor Legislativo - Direito Penal Processual Penal, Penitenciário e Segurança Pública - Analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

I. A constatação da reduzida competência técnica do defensor implica a nulidade do processo.

II. Não há crime no fato de o réu atribuir o delito a pessoa que ele sabe ser inocente e, com suas declarações, provocar o indiciamento desta.



III. O Ministério Público pode desistir do processo penal se surgir prova manifesta de que o réu não concorreu para o delito.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F – F – F.

B) F – V – V.

C) V – V – F.

D) V – F – F.

E) F – F – V.



## Gabarito

GABARITO



1. Letra D
2. Letra C
3. Letra B
4. Letra E
5. Letra A



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.